



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Normas constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição Federal); 2. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90); 3. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/99); 4. Seguridade Social do Servidor Público na Lei nº. 8.112/90 e na Lei nº. 12.618/2012; 5. Ética na Administração Pública; 6. Redação Oficial: correspondências, atos oficiais, encaminhamento, impessoalidade, concisão e clareza; 7. Elaboração de minuta de contratos e convênios; 8. Comunicação, relações interpessoais nas organizações e trabalho em equipe; 9. Atendimento a clientes externos e internos; 10. Organização do local de trabalho;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Artigos 37 a 41 Da Administração Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Artigos 1 a 13. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm>.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>.

BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Artigos 312 a 337 - Crimes contra a Administração Pública e contra a Fé Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Obs.: Texto vigente na data do edital das normas jurídicas mencionadas no Programa, disponíveis no sítio www.planalto.gov.br ou nos diários oficiais.

BRASIL. Manual de redação da Presidência da República. Presidência da República. Casa Civil. 2ª edição, revista e atualizada. Brasília, 2002. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm.

BAHIENSE, R.; MEDEIROS, A. Falar bem para atender melhor. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2011.

FIALHO, F.; SANTOS, N. Manual de análise ergonômica do trabalho. Curitiba: Gênese, 1995. MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEIXOTO, F. B. Redação na Vida Profissional: setores público e privado. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

STYCER, M. V. M. Apoio Administrativo: conhecimentos básicos. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2003.